

# Poder naval e política externa do Império do Brasil no Rio da Prata (1822-1852)

**Francisco Doratioto**

*Professor no Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e membro correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.*

## RESUMO

O artigo analisa a política do Império do Brasil no Rio da Prata, de 1822 a 1852, e como foi respaldada pela Marinha Imperial. É demonstrado que a Força Naval foi responsável pelo equilíbrio militar na Guerra da Cisplatina, que resultou na independência uruguaia, e que contribuiu para vitória sobre Oribe, no Uruguai (1851), e Rosas, na Argentina (1852). Consolidaram-se, então, como objetivos da política do Império no Rio da Prata a defesa das independências do Paraguai e do Uruguai e a contenção de eventual expansionismo por parte de Buenos Aires, que as ameaçaria bem como o Rio Grande do Sul. Essa política contava com a coordenação entre a ação diplomática e o poder militar, principalmente da Marinha que poderia bloquear Buenos Aires, único obstáculo potencial previsível à hegemonia do Império na região.

**PALAVRAS-CHAVE:** Guerra da Cisplatina, Marinha Imperial, Império do Brasil

## ABSTRACT

The article analyzes the politics of the Empire of Brazil in Rio de la Plata, from 1822 to 1852, and how it was supported by the Imperial Navy. It demonstrates that the Navy was responsible for the military balance in the Cisplatina War, which resulted in the Uruguayan independence, and helped to defeat Oribe, in Uruguay (1851), and Rosas, in Argentine (1852). The independence of Paraguay and Uruguay as well as the containment of any impulse of expansionism by Buenos Aires – which could be a threat to both and to Rio Grande do Sul – were then consolidated as objectives of Empire’s policy in the River Plate. Such a policy was supported by the coordination of diplomatic action and military power, especially by the Navy which could block Buenos Aires, the only foreseeable potential obstacle to the hegemony of the Empire in the region.

**KEYWORDS:** Cisplatina War, Imperial Navy, Empire of Brazil

A independência política do Brasil resultou de longo processo. Nas palavras de Kenneth Maxwell, “1808, 1816, 1822 e até 1831 são todos momentos importantes na afirmação dessa gradual separação e na definição da nacionalidade”.<sup>1</sup> Contudo, qualquer dessas datas que seja a escolhida como marco da existência do Brasil independente, a Marinha de Guerra esteve a ela associada. De fato, já em 7 de março de 1808, quatro dias após chegar

<sup>1</sup> MAXWELL, Kenneth. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta; a experiência incompleta (1500-2000)*. São Paulo: Editora do SENAC, 2000, p. 193

ao Rio de Janeiro, o Príncipe Regente Dom João assinou decreto confirmando o Conde de Anadia como ministro da Marinha e criou repartições navais de apoio à Esquadra com base nessa cidade. Assim como a vinda da Família Real significava, por essa perspectiva, o marco inicial do processo que desembocaria na independência, o mesmo ocorria com essa Esquadra. Embora esta tivesse marinhagem, comando e valores portugueses, foi sobre sua infraestrutura, física e administrativa, que se constituiu a Marinha de Guerra do Império do Brasil.

Proclamada formalmente a independência política, em 7 de setembro de 1822, era vital para o Brasil a constituição da Marinha de Guerra. Afinal, era pelo mar que poderia vir a reação contrária à independência, por parte de Portugal e de seus aliados da Santa Aliança, bem como o apoio para a resistência de tropas portuguesas na Bahia, Cisplatina e, menos significativas, no Maranhão e Pará. Nas palavras de Pandiá Calógeras, “o segredo da prolongação das hostilidades residia na livre comunicação marítima com Lisboa, donde vinham homens e recursos”.<sup>2</sup> A solução deste problema foi combater o inimigo por terra e impedir seu reforço vindo por mar. Para isto organizou-se a Marinha Imperial, que também fiscalizaria e protegeria os navios mercantes que viabilizaram a inserção do Brasil no comércio internacional. O papel da Marinha não se restringia, porém, à proteção de possível ameaça externa, estendendo-se, também, à função de integração nacional e, portanto, da manutenção da integridade do novo país. Somente ela podia viabilizar o contato regular e rápido entre o centro do poder político, Rio de Janeiro, e as províncias, pois na vastidão do território brasileiro havia poucos – e precários – caminhos terrestres. A utilização da via de comunicação caminho marítimo/fluvial era natural, ao se considerar que a maioria das capitais provinciais se localizava no litoral ou na margem de rios, e a população se concentrava nas áreas litorâneas ou próximas.

Carecia o recém-proclamado Império do Brasil de recursos humanos suficientes para comporem suas Forças Armadas e a alternativa encontrada para minimizar esse problema foi contratar mercenários. No caso da Marinha, foram contratados cerca de 550 oficiais e marinheiros estrangeiros, em sua maioria britânicos, entre eles, para ser o comandante em chefe da Armada, o Almirante inglês Alexander Cochrane, que em fins de 1822 encontrava-se a serviço do Chile.<sup>3</sup>

### A INCORPORAÇÃO DA CISPLATINA

A operação naval de maior envergadura do Primeiro Reinado foi ao sul, na região do Rio da Prata. Este estuário tem largura máxima de 40 quilômetros e profundidade média de 6 metros, permitindo navegação por navios de grande porte. Nele deságuam os Rios Uruguai e Paraná e, até o início do século XIX, a navegação deste último, bem como do Rio Paraguai, era o caminho mais fácil e rápido para se chegar a Mato Grosso. Também o oeste gaúcho era mais acessível mediante a navegação do Rio Uruguai. A importância econômica e estratégica do sistema fluvial platino levou a coroa portuguesa a se instalar na margem oriental do Rio da Prata, na Banda Oriental, ao fundar, em 1680, a Colônia do Sacramento, de frente para Buenos Aires. Esta era um centro de comércio e de trânsito da prata produzida no Alto Peru – hoje Bolívia –, o qual Portugal planejava desviar para Sacramento. Esta foi objeto de disputas diplomáticas e militares entre Portugal e Espanha, que se alternaram em sua posse, até que a coroa espanhola obteve sua posse pelo Tratado de Santo Ildefonso, de 1777, ao preço de aceitar a posse portuguesa dos Sete Povos das Missões e de Santa Catarina. Em 1801, porém, os gaúchos, particulares e desertores, conquistaram as Missões Orientais que, devido suas ricas pastagens, se tornou território adicional a ser explorado economicamente e se constituiu na fronteira oeste

com o território espanhol do Vice-Reino do Rio da Prata.

As condições da independência do Vice-Reino do Rio da Prata criaram circunstância favorável para Dom João ordenar, em junho de 1811, a ocupação da Banda Oriental. Isso ocorreu a pedido do Vice-Rei Francisco Javier de Elío, nomeado pelo *Consejo de Regencia de Cádiz* e que chegara a Montevideu em janeiro desse ano, enquanto em Buenos Aires se instalara, no ano anterior, uma junta de governo que se recusava a obedecer outra autoridade que não fosse a do Rei Fernando VII, que fora aprisionado por ordem de Napoleão Bonaparte. Em outubro de 1811, Elío assinou o Tratado de Pacificação com o Triunvirato que assumiu o poder em Buenos Aires, pelo qual as tropas desta foram retiradas da Banda Oriental, enquanto Dom João fazia o mesmo com as suas. Contudo, o caudilho oriental José Gervásio Artigas se opôs às pretensões da elite mercantil portenha (bonaerense) de se impor politicamente às demais províncias do Vice-Reino, e desencadeou um movimento de resistência. Este adquiriu o caráter de projeto político de uma república federal e de reformas sociais, o que levou à adesão dos setores mais pobres da população do meio rural. As forças artiguistas se fortaleceram e agiam com desenvoltura, a ponto de fazerem incursões ao norte, em território habitado por brasileiros. Esse fato, bem como a declaração formal de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 9 de julho de 1816, levaram Dom João a ordenar nova ocupação da Banda Oriental. A medida não sofreu oposição de Buenos Aires, pois embora ela resultasse na perda de território que potencialmente lhe seria subordinado, por outro lado contribuía para fortalecer o poder da elite portenha, na medida em que punha fim ao projeto artiguista alternativo àquele defendido por ela de um Estado centralizado politicamente. Artigas liderou dura resistência do caudilho à ocupação estrangeira, pois contava com a dupla vantagem de conhecer melhor o terreno e ter apoio da população rural, enquanto os luso-brasileiros atuavam em ambiente

hostil. Derrotado pelos portugueses na Batalha de Tacuarembó, em janeiro de 1820, Artigas asilou-se no Paraguai, país isolado pelo ditador José Gaspar Rodríguez de Francia, onde faleceu em 1850.<sup>4</sup>

Em sessão de 31 de julho de 1821, um Congresso Extraordinário da Banda Oriental decidiu pela incorporação do território ao Reino Unido de Portugal, Algarves e Brasil com o nome de Província da Cisplatina. Para esse ato havia a justificativa de ter a Princesa Carlota Joaquina, esposa de Dom João, direitos sucessórios sobre o território. Também contava com a concordância de estancieiros e comerciantes orientais, temerosos da retomada do movimento artiguista, cujo reformismo radical era contrário a seus interesses e contra o qual a garantia era a presença das tropas luso-brasileiras. A incorporação, por outro lado, viabilizou a consolidação dos interesses de rio-grandenses na Cisplatina, onde estabeleceram estâncias e buscavam carne bovina para as suas charqueadas.

A independência do Brasil dividiu o Exército luso-brasileiro que ocupava a Cisplatina, pois as tropas de origem europeia, comandadas pelo General Álvaro da Costa, permaneceram leais a Dom João, inclusive uma Esquadra composta de três fragatas, cinco corvetas, quatro brigues, duas escunas e outras embarcações menores.<sup>5</sup> Posicionaram-se a favor de Pedro I as forças que contavam basicamente por aqueles nascidos no Brasil e a elas se incorporou o General Carlos Frederico Lecor, Barão de Laguna, nomeado anteriormente comandante militar do território por Dom João. As tropas leais às Cortes de Lisboa se concentravam em Montevideu, que foi sitiada pelas tropas brasileiras. O *Cabildo* dessa cidade apelou à Assembleia Constituinte do Brasil para que fossem retiradas as tropas brasileiras e para que tivesse liberdade para tomar uma decisão quanto à nova situação. Sem obter resposta, em outubro de 1823, o *Cabildo* declarou a nulidade da incorporação, em 1821, do território oriental ao Império luso-brasileiro, decisão que não foi aceita por Pedro I.

<sup>2</sup> CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Ed. Facsimilar Brasília: Senado Federal, 1998, p. 468.

<sup>3</sup> PRADO MAIA, Almirante João do. *A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965, p. 61.

<sup>4</sup> RIBEIRO, Ana. *El caudillo y el dictador*. Montevideo: Planeta, 2005, p. 55-65.

<sup>5</sup> PRADO MAIA, p. 72.

Em Montevideu e outros portos da Cisplatina encontravam-se uma fragata, comandada por Rodrigo José Ferreira Lobo, e outras embarcações, cuja oficialidade juraram fidelidade a Pedro I. Em novembro de 1822, partiu do Rio de Janeiro, com destino ao sul, a primeira força naval a ostentar no oceano bandeira do Império do Brasil, para bloquear Montevideu. Essa divisão naval teve logo de voltar à capital do Império, frente à ameaça de bloqueio do seu porto por belonaves portuguesas. Com os navios que permaneciam ao largo de Montevideu, foi imposto o bloqueio à cidade o qual ficou comprometido por revoltas das guarnições de quatro embarcações – uma escuna e três transportes. Esse fato acarretou a substituição do comando dessa força naval pelo Governo imperial e o envio, do Rio de Janeiro, em fevereiro de 1823, de um brigue e uma escuna como reforço, transportando o novo comandante naval na região platina, o Capitão de Mar e Guerra Pedro Antônio Antunes. O bloqueio de Montevideu foi reforçado em abril desse ano com uma corveta, dois brigues e duas escunas e, em 21 de outubro, a Esquadra portuguesa tentou rompê-lo mas foi derrotada pelas belonaves brasileiras. Em 18 de novembro, as forças do General Álvaro da Costa se renderam, mas somente em 8 de março do ano seguinte tiveram os meios de transporte para partirem de volta a Portugal.

A vitória do Império sobre os portugueses não significou, porém, a incorporação definitiva da Cisplatina. Exilados que haviam lutado contra a ocupação luso-brasileira da Banda Oriental, e que se refugiaram em Buenos Aires, obtiveram nesta apoio para uma expedição com vistas a libertar o território do Brasil. Em abril de 1825, o oriental Juan Antonio Lavalleja, que pertencera ao Exército português, partiu daquela cidade, à frente de 32 pessoas, para a Cisplatina, desembarcando às margens do Rio Uruguai. Ao grupo se uniram moradores locais dando início a um movimento que obteve a adesão de moradores do interior do território e de oficiais e soldados orientais que integravam o Exército Imperial. Em Buenos Aires, as notícias sobre os movimentos militares das forças revolucionárias entusiasmava a população,

mas o mesmo não ocorria com o governador da província, o General Juan las Heras, também responsável pelas relações exteriores das províncias argentinas. Estas não possuíam um poder executivo central, pois uniram-se na forma federativa sob a designação de Províncias Unidas do Rio da Prata. Buenos Aires era a mais forte delas, como resultado da herança de sua ascendência política da época do Vice-Reino, bem como de sua posição geográfica, a qual obrigava passar por seu porto o comércio exterior argentino, o que lhe permitia monopolizar os impostos aduaneiros e garantir poder econômico. Nas décadas seguintes, houve luta constante em torno da definição do Estado Nacional argentino, entre a elite portenha, de Buenos Aires, que defendia a centralização política em suas mãos, e as oligarquias provinciais. Estas defendiam o federalismo, no entanto não aquele artiguista, com viés social reformista, mas, sim, a descentralização que lhes desse autonomia para exercer o poder regional e se apropriar do resultado das atividades econômicas locais.

Em 14 de junho de 1825, no povoado de San Fernando de la Florida, os revolucionários orientais estabeleceram uma Junta de Governo que declarou assumir o comando político e administrativo da província oriental e convocou assembleia de deputados. Em 5 de julho de 1825, uma esquadilha da Marinha Imperial, composta por uma fragata, duas corvetas e seis brigues, fundeou frente a Buenos Aires e seu comandante. Seu comandante, o Vice-Almirante Rodrigo José Ferreira Lobo, seguindo as instruções do governo imperial, exigiu que o Governo de Las Heras tomasse medidas para garantir a neutralidade das Províncias Unidas na luta e providenciasse a retirada da Cisplatina de cidadãos argentinos que se envolviam na revolução. A ação intimidatória não surtiu o efeito esperado, pois o envolvimento das Províncias Unidas não decorria de sua decisão mas, sim, do sentimento geral.

Em 25 de outubro, após receber os documentos do Congresso de Florida, o Congresso argentino sancionou lei incorporando a Cisplatina às Províncias Unidas do Rio da Prata e promoveu Lavalleja e Rivera a generais. Como resposta, em 10 de dezembro de

1825, Pedro I declarou guerra às Províncias Unidas e, no dia 21 desse mês, o Almirante Rodrigo Lobo, comandante da força naval brasileira no Rio da Prata, declarou o bloqueio dos portos e costas do inimigo, enquanto o governo de Buenos Aires autorizou o corso contra navios brasileiros.

A Guerra da Cisplatina, como é conhecida na historiografia brasileira, ou a *Guerra del Brasil*, na designação argentina, foi desgastante. Ela se iniciou e prosseguiu sem que houvesse um plano de campanha.<sup>6</sup> As operações militares na Cisplatina, durante o ano de 1825, foram um desastre para o Império do Brasil, pois não houve uma estratégia clara e nem articulação entre suas forças para enfrentar os revolucionários. Tal situação decorreu parcialmente da combatividade dos revolucionários e, principalmente, da incompetência e passividade do General Lecor<sup>7</sup>, características que também eram de Rodrigo Lobo, que anteriormente já demonstrara ser inepto para o comando.<sup>8</sup>

Em terra, o Exército Imperial perdeu o controle do interior da província, mantendo-o apenas nos dois maiores centros urbanos, Montevideu e Colônia, os quais resistiam ao cerco inimigo graças ao apoio logístico da Marinha. Esta contava com embarcações bem artilhadas, basicamente de grande calado, que tinham sido preparadas para enfrentar os navios de Portugal na luta pela independência. Eram, porém, inadequadas para navegar entre bancos e canais estreitos e pouco profundos do estuário, de suas costas e do Rio Uruguai, enquanto a Esquadra das Províncias Unidas, embora fosse inferior numericamente e composta de embarcações improvisadas, tinha como vantagem o pequeno calado de suas embarcações, o que lhes dava melhor manobrabilidade, e o melhor conhecimento dos meandros para a navegação naquela área. Apesar

disso, a superioridade brasileira teria permitido um bloqueio rígido de Buenos Aires, o que não ocorreu devido à incompetência do Almirante Rodrigo Lobo e resultou na sua substituição no comando e a ser submetido a Conselho de Guerra.<sup>9</sup>

O novo comandante, Vice-Almirante Rodrigo Pinto Guedes, veio do Rio de Janeiro com o reforço de duas fragatas e um brigue e reorganizou a Esquadra para atender às necessidades da campanha. Guedes não conseguiu, porém, travar uma batalha decisiva com a Esquadra inimiga, comandada pelo Almirante irlandês William Brown. Este manteve a postura de não navegar longe da costa, onde levariam vantagem as belonaves brasileiras, e de buscar atraí-las para a proximidade da terra, onde os navios argentinos, de menor calado que os brasileiros, eram mais ágeis e contavam com vantagens naturais dos bancos e de canais estreitos e tortuosos.<sup>10</sup>

As Províncias Unidas mobilizaram recursos para o enfrentamento com o Império, inclusive criando um Poder Executivo permanente que facilitasse tal tarefa. Bernardino Rivadavia foi eleito presidente das Províncias Unidas do Rio da Prata. No final de 1826, o interior da Cisplatina estava dominado pelos revolucionários e pelas forças das Províncias Unidas, enquanto a costa era dominada pelo Império, graças à sua superioridade naval. Nenhuma das partes tinha condições de desencadear uma ofensiva terrestre decisiva, que permitisse dominar todo o território oriental.<sup>11</sup>

No ano seguinte, em 1827, a guerra se tornou francamente desfavorável ao Império do Brasil, tanto em terra quanto no mar, e no Rio Uruguai o comércio brasileiro passou a sofrer com os ataques de corsários que ousavam avançar até à altura do Nordeste brasileiro.<sup>12</sup> Os reveses militares brasileiros não

<sup>6</sup> MARTINS; Almirante Helio Leoncio; BOITEUX, Vice-Almirante Lucas Alexandre BOITEUX. Campanha naval na Guerra da Cisplatina. In: MARTINS, H. L. (org.). *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1975, t. I, v. 3, p. 235.

<sup>7</sup> Sobre a guerra terrestre ver TASSO FRAGOSO, Augusto. *A batalha do Passo do Rosário*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1951.

<sup>8</sup> MARTINS; BOITEUX, p. 197-198; 245-246.

<sup>9</sup> PRADO MAIA, p. 98, 100-101.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> MARTINS; BOITEUX, p. 258.

<sup>12</sup> Sobre a ação dos corsários ver: DE MARCO, Miguel Ángel. *Corsarios argentinos*. Buenos Aires: Planeta, 2002.

significavam, porém, a destruição de seu poder militar a ponto de permitir às Províncias Unidas concluir a guerra e incorporar a Banda Oriental, sendo vitoriosas. O Exército argentino, comandado pelo General Alvear, venceu a Batalha do Passo do Rosário, em 20 de fevereiro de 1827,<sup>13</sup> travada no Rio Grande do Sul, mas em seguida recuou para o território oriental. Por outro lado, no plano naval, à derrota do Império na Batalha de Juncal (9.2.1827), seguiu-se, dois meses após, a derrota das Províncias Unidas no combate de Santiago (7.4)<sup>14</sup>. A partir desse ano, era o Poder Naval brasileiro que impedia a vitória inimiga, pois no plano terrestre praticamente toda a Cisplatina era dominada pelo inimigo.

Para obter a vitória na guerra faltava às Províncias Unidas Poder Naval e, ainda, respaldo político no seu interior, onde havia sublevações e descontentamento em relação à Constituição centralizadora, aprovada pelo Congresso. Frente a essa situação, Rivadavia enviou, em maio de 1827, seu ministro das Relações Exteriores, Manuel Garcia, ao Rio de Janeiro para conseguir a paz. Na capital brasileira, Garcia assinou um tratado pelo qual a Banda Oriental continuava sob soberania brasileira e nisso foi desautorizado por seu governo, o que não impediu violentos protestos populares em Buenos Aires, levando ao agravamento da crise política nas Províncias Unidas e, finalmente, à renúncia de Rivadavia.

A superioridade da Marinha Imperial no Rio da Prata e dos revolucionários e forças de Buenos Aires na Banda Oriental criaram uma situação de impasse militar, em que nenhuma das partes em luta podia se impor vitoriosa sobre a outra. Simultaneamente, a duração da guerra e os erros de comando desgastavam, junto à população brasileira, a figura de Pedro I, já comprometida por motivos de política interna, enquanto as Províncias Unidas se consu-

miam em crise interna e as duas partes tinham dificuldades financeiras em continuar sustentando a luta.

Essa situação viabilizou a ação diplomática da Grã-Bretanha, interessada em pôr fim à guerra que prejudicava seu comércio. Já em 1826 a diplomacia britânica sugeriu a Pedro I abrir mão da Cisplatina, em troca de indenização e da declaração da independência, o que não foi aceito. À época, Londres temia uma aliança franco-brasileira que dificultasse o comércio britânico no Rio da Prata. Em 1828, porém, aproveitando-se da exaustão do Império do Brasil e das Províncias Unidas do Rio da Prata, a diplomacia britânica impôs a paz e obteve a concordância do Império e das Províncias Unidas para a independência oriental. Em 27 de agosto de 1828, foi assinada a Convenção Preliminar de Paz, pela qual a antiga Banda Oriental tornava-se Estado independente, a República Oriental do Uruguai, e tinha sua existência garantida por Brasil, Províncias Unidas e Grã-Bretanha.<sup>15</sup>

Não houve parte vitoriosa na guerra, pois nem o Império nem as Províncias Unidas nela alcançaram os próprios objetivos mas, ao mesmo tempo, nenhum dos dois foi derrotado pois um inviabilizou que o outro alcançasse seu objetivo. Na realidade, a Banda Oriental não chegara a estar sob soberania ininterrupta e incontestada de Portugal ou do recém-criado Império brasileiro, assim como também somente o estivera nominalmente sob controle do Vice-Reino do Rio da Prata. Por outro lado, o movimento revolucionário oriental não era independentista no seu início, em 1825, mas, sim, desejava incorporar o território às Províncias Unidas. Assim, pode-se concluir que o Uruguai foi uma criação da diplomacia britânica em uma região escassamente povoada – em parte, por indígenas – e que durante o século XIX viria a construir uma identidade nacional.

A guerra de 1825-1828 constituiu o último conflito militar gerado pela lógica geopolítica das antigas potências coloniais, Espanha e Portugal. A guerra resultava antes da herança dessa lógica do que de interesses vitais dos dois novos países, o Império do Brasil e as Províncias Unidas, embora tanto em Buenos Aires quanto no Rio Grande do Sul houvesse setores que teriam ganhos econômicos, relacionados ao charque, com a posse desse território.

No plano diplomático, a ocorrência desse conflito, independente de sua lógica motivadora, transplantou a rivalidade das ex-metrópoles portuguesa e espanhola para as relações entre os Estados brasileiro e argentino. Afinal, o Império do Brasil voltaria ao Rio da Prata, por lógica geopolítica própria. Também repercutiu diplomaticamente no tempo a memória da solução compulsória do conflito imposta pela diplomacia britânica. Embora não fosse fator predominante, a lembrança dessa imposição esteve presente, nas três décadas seguintes, quando o Império e a Argentina tiveram, em diferentes momentos, relações tensas com a Grã-Bretanha.

No plano militar, a Guerra da Cisplatina, se constituiu em verdadeira escola de comando. Nela combateram os futuros Duque de Caxias, Luiz Alves de Lima e Silva, Marquês do Herval, Manoel Luis Osório, e o Visconde de Tamandaré, Joaquim Marques Lisboa, entre outros que, mais tarde, se tornaram chefes militares e políticos do Segundo Império. Eles se familiarizaram com o terreno e o litoral em que viriam a atuar no futuro – 1851, 1852 e 1864-1865 – e as lições tiradas do que vivenciaram lhes seriam úteis. Armando de Senna Bittencourt, por exemplo, vê a experiência de Tamandaré na Guerra da Cisplatina influenciando seu comportamento no Uruguai (1864-1865), às vésperas da Guerra do Paraguai:

As experiências durante a vida de uma pessoa são muito importantes para orientar suas atitudes. Tamandaré, até 1864, já havia participado ativamente de dois conflitos externos, a Guerra de Independência e a Guerra Cisplatina. No primeiro, a ação rápida e eficaz de Cochrane no comando da Esquadra brasileira levou, em cerca de oito meses, à adesão de todo o território brasileiro à causa da Independência. No segundo, a indecisão da luta em terra e o prolongamento da guerra fizeram com que se buscasse a arbitragem externa, com resultados apenas parcialmente satisfatórios em relação ao que o Brasil desejava na época. Cabia-lhe, portanto, agir rápida e eficazmente na Campanha Oriental, como lhe apontava, corretamente, sua experiência pessoal.<sup>16</sup>

A Guerra da Cisplatina também demonstrou que a Marinha era indispensável para projetar o poder do Estado monárquico brasileiro no Rio da Prata.<sup>17</sup> A partir de então, diplomacia e poder naval se complementariam na ação do Estado monárquico brasileiro para atingir seus objetivos na região platina.

## A IMOBILIDADE

Terminada a Guerra da Cisplatina, aprofundou-se a crise política brasileira sob Pedro I e o Império esteve praticamente ausente, política e militarmente, do Rio da Prata. Neste, também as Províncias Unidas tiveram agudizadas as disputas em torno da organização política nacional e o poder legislativo se dissolveu e o executivo considerado caduco; foram substituídas, em 1835, pela Confederação Argentina liderada pelo

<sup>13</sup> Conhecida como Batalha de Ituzaingó na historiografia argentina.

<sup>14</sup> Segundo o Vice-Almirante Armando Amorim Ferreira VIDIGAL: Deve ser observado que, para o Brasil, uma derrota como a do Juncal, embora dolorosa pelas perdas de vidas, em nada comprometia o seu Poder Naval; já para a Argentina, a derrota no combate de Santiago, embora, em termos absolutos, menos expressiva que a do Juncal, atingia a própria estrutura de sua Marinha, eliminando-a, daí por diante, como ameaça à supremacia naval brasileira. In: *A evolução do pensamento estratégico naval brasileiro*. 3ed. Rio de Janeiro: Bibliex, 1985, p. 13.

<sup>15</sup> CARVALHO, Carlos Delgado. *História diplomática do Brasil*. Ed. facsimilar Brasília: Senado Federal, 1998, p.59.

<sup>16</sup> BITTENCOURT, Almirante Armando de Senna. O Almirante Tamandaré na Campanha Oriental. In: *Navigator*, subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro: Departamento de Publicações e Divulgação da Marinha do Brasil, v. 3, n. 6, 2007, p. 36.

Veja-se também declarações confirmando essa influência feitas pelo General Osório, já na velhice, em: OSÓRIO, Fernando Luis. *História do General Osório*. Rio de Janeiro: Leuzinger & Filhos, 1894.

<sup>17</sup> Ao terminar a Guerra da Cisplatina, a Marinha Imperial tinha 76 navios, com 975 peças de artilharia, 8.418 homens de guarnição, constituindo-se na mais poderosa da América do Sul e uma das melhores do mundo. VIDIGAL, p. 13.

governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas. No Brasil, em abril de 1831, terminou o processo de independência brasileira, pois somente com a abdicação forçada de Pedro I os brasileiros passaram a governar o seu país. Ao ser menor de idade o príncipe herdeiro, futuro Pedro II, entre 1831 e 1840, o Brasil foi governado por regentes nomeados pelo Legislativo; foi o Período Regencial.

Nesses anos, os governos regenciais lutaram para sustentar os frágeis laços que uniam as regiões brasileiras e manter a autoridade central. Essa ação tinha como objetivo instalar um Estado monárquico centralizado, ao qual resistiram oligarquias regionais, por meio de levantes armados. Destes o mais grave foi a Revolta da Farroupilha, no Rio Grande do Sul, pois proclamou a independência e instalou um governo republicano.

Durante o Período Regencial, ao não haver convergência intralite em torno da organização interna, não se pôde implementar uma política externa coerente, com objetivos definidos e articulados, exceto o da manutenção da independência que interessava a todos os setores no Brasil. Ademais, se o Rio de Janeiro comprometesse no Rio da Prata os limitados recursos bélicos de que dispunha, eles fariam falta no combate às rebeliões provinciais, o que implicava a indisponibilidade de forças militares para serem destinadas ao Rio da Prata. A indefinição de objetivos e a falta de instrumentos de ação externa levaram os governos regenciais a assumirem posição observadora dos assuntos platinos. Foram expectadores de processos políticos que repercutiam no Brasil, particularmente no Rio Grande do Sul, como a consolidação da Confederação Argentina sob a liderança de Juan Manuel de Rosas; a recusa deste em reconhecer a independência do Paraguai e o início da guerra civil no Uruguai.

Em 1840, porém, consolidou-se no poder central brasileiro a aliança entre a burocracia governamental e a oligarquia cafeeira do Vale do Rio Paraíba do Sul e comerciantes, tendo como interesse comum a consolidação do Estado centralizado. Os diferentes setores da elite brasileira se deram conta de que o modelo centralizador lhes convinha:

seria útil para manter a ordem na sociedade escravocrata e dispunha dos instrumentos para gerenciar os problemas externos, quer em relação às grandes potências, como as pressões inglesas contra o tráfico de escravos ou de outros países sobre a Amazônia, quer na região estratégica do Rio da Prata. Aquela aliança se concretizou no movimento da maioria antecipada, que colocou Pedro II no Trono já em 1840, o que, por sua vez, contribuiu para legitimar a ação do Estado centralizado.

Continuava, porém, a existir a República da Farroupilha e não havia perspectiva de vitória militar legalista sobre essa sublevação de caráter republicano. A Marinha bloqueava o litoral gaúcho, dominava a Lagoa dos Patos, mas o efeito dessa ação não era o mesmo dos bloqueios que tinham sido impostos a outras províncias rebeldes que, de fato, impediram os revolucionários de terem acesso a recursos bélicos no exterior. Os farroupilhas contornavam o bloqueio atravessando a fronteira e obtendo armas e cavalos nas províncias argentinas de Entre Rios e Corrientes, bem como no Uruguai, onde utilizavam o porto de Montevideu para comércio com terceiros países. No Estado oriental, desde 1839, travava-se guerra civil entre as duas correntes políticas do país, os blancos, liderados por Manuel Oribe e apoiado por Juan Manuel de Rosas, e os colorados, com reduto em Montevideu, chefiados por Fructuoso Rivera, apoiado pela França e Inglaterra. O líder colorado, por manter relações comerciais com os farroupilhas, não tinha as simpatias do Governo imperial, o qual também não se inclinava em favor de Oribe, pois o via como um instrumento dos interesses de Buenos Aires no Uruguai. Os governantes do Império encaravam Rosas como inimigo potencial e interpretavam seu apoio a Oribe o prenúncio da incorporação do Uruguai à Confederação Argentina. Essa também era a interpretação que tinham para a recusa argentina em reconhecer a independência do Paraguai. Nessas circunstâncias, a posição oficial brasileira, no início do Segundo Império, continuou a ser de neutralidade nos assuntos platinos, pois nenhuma das partes convinha aos interesses do Estado monárquico.

No entanto, Rosas não favorecia os farroupilhas. Ele também era um charqueador e esses revolucionários tinham como base social essencialmente os produtores de charque do Rio Grande do Sul. Muitos deles eram proprietários de fazendas no Uruguai, onde disputavam com produtores argentinos o gado para charquear e, ainda, rivalizavam com estes pelo atendimento da demanda dos mercados consumidores, representados pelos escravos no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos. Em 1843, Rosas surpreendeu ao propor ao Império uma aliança. Era uma proposta oportunista, decorrente de sua delicada posição, pois encontrava-se duplamente ameaçado: por uma intervenção anglo-francesa, para obrigá-lo a retirar suas tropas de solo uruguaio, e por uma sublevação da província de Corrientes. O objetivo declarado da aliança era o de pacificar o Uruguai e o Rio Grande do Sul, para o que o Império e Buenos Aires imporiam o bloqueio de Montevideu e de outros portos sob controle de Rivera. Bloqueio que seria feito quase exclusivamente pela Marinha Imperial, pois a Confederação não possuía verdadeira frota de guerra, e, em compensação, esta forneceria os cavalos necessários para as operações do Exército brasileiro contra os farroupilhas. Mesmo não confiando em Rosas, o Governo imperial negociou o tratado com o ministro plenipotenciário argentino no Rio de Janeiro, Tomás Guido, e foi assinado por Pedro II. Afinal, a aliança ajudaria a pôr fim à Farroupilha e, ainda, poderia ser um passo para se obter a ratificação argentina da Convenção de 1828, reafirmando a independência uruguaia.<sup>18</sup> O Tratado de Aliança seguiu para a ratificação de Rosas, o qual, em lugar de fazê-lo, desautorizou as gestões de Guido, argumentando que nenhum acordo podia ser negociado sem o consentimento de Manuel Oribe.<sup>19</sup> Ocorre que Rosas não necessitava mais da aliança, pois fora afastada a ameaça de intervenção anglo-francesa contra si e

Corrientes fora pacificada. No Rio de Janeiro, a recusa foi recebida como uma ofensa à dignidade de Pedro II e contribuiu para convencer os governantes brasileiros que Rosas era um inimigo do Império.

### A POLÍTICA ATIVA: A INTERVENÇÃO CONTRA ROSAS

A partir de então, o Império agiu para ter os elementos que lhe permitissem enfrentar Rosas militarmente. No plano regional, Antônio Pimenta Bueno, ministro plenipotenciário brasileiro, assinou em Assunção, em 14 de setembro de 1844, o ato de reconhecimento da independência paraguaia, bem como um Tratado de Aliança, Comércio, Navegação, Extradicação e Limites, pelo qual, entre outras coisas, o Império se comprometia a contribuir com seus bons ofícios para que outros países reconhecessem a independência guarani. Ademais, o Governo imperial assumiu a obrigação de agir para evitar hostilidades contra o Estado paraguaio – uma referência evidente à Confederação rosista – e, caso estas ocorressem, para obter a reparação dos danos sofridos pelo país aliado. O tratado garantia a livre navegação dos Rios Paraguai e Paraná, sendo que em relação ao trecho da foz deste último rio até o Prata, sob controle da Confederação Argentina, os dois países agiriam em comum acordo para também aí garantir o livre trânsito de barcos. No que se referia aos limites, reconhecia-se aqueles determinados pelo Tratado de Santo Ildefonso e estabelecia-se que seria nomeada uma comissão para demarcar a fronteira.<sup>20</sup> Tomás Guido protestou junto ao Governo brasileiro contra o reconhecimento, o que não produziu qualquer efeito.<sup>21</sup>

Nesse mesmo ano de 1844, o Governo imperial enviou o Visconde de Abrantes em missão ao Velho Continente. Tinha como objetivo explicar a política brasileira em relação a Rosas aos países europeus e obter

<sup>18</sup> BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O Expansionismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Philobibliion, 1985, p. 115.

<sup>19</sup> CISNEROS, Andrés ; ESCUDÉ, Carlos. *Historia general de las relaciones exteriores de la República Argentina*. Buenos Aires: Cari/Nuevo Hacer, 1998, T. IV, p. 193-194.

<sup>20</sup> RAMOS, R. Antonio. *La independencia del Paraguay y el Imperio del Brasil*. p. 78-88.

<sup>21</sup> Tomás GUIDO para Felipe ARAÑA, Ministro das Relações Exteriores da Confederação Argentina, Rio de Janeiro, 24/7/1849. Archivo General de la Nación - Argentina, "Brasil - Ministro Plenipotenciário D. Tomás Guido", X-1-7-9.

deles uma intervenção conjunta contra o ditador da Confederação. Esta finalidade fracassou e os Governos inglês e francês informaram Rosas do fato. Evitando um embate direto com Rosas, para o qual ainda não estava preparado, o Império exerceu, nas palavras do historiador argentino Miguel Ángel Scenna, uma “política de provocações sabiamente dosificadas”.<sup>22</sup>

A diplomacia do Governo imperial tornou-se, durante a década de 1840, crescentemente ativa no Prata, graças ao fortalecimento político e econômico do Estado brasileiro. Nesses anos houve a consolidação da monarquia constitucional, que se tornou parlamentarista, e a melhoria das finanças brasileiras, graças à crescente exportação de café. Desse modo, foi possível, na segunda metade dos anos 40, ter uma política externa com objetivos definidos e com processo racional de tomada de decisões, do qual participavam o Conselho de Estado, o Parlamento, o Conselho de Ministros e o Imperador.<sup>23</sup>

Em 1848, o Partido Conservador retornou ao poder – nele permanecendo até 1862 – e assumiu a chancelaria, no ano seguinte, José Paulino Soares de Souza (Visconde do Uruguai), cuja opinião era a de que o Brasil deveria ser hegemônico em relação a seus vizinhos. Sob sua liderança, foi estabelecido o critério do *uti possidetis*, no momento da independência, para definir as fronteiras e, na região platina, definidos como objetivos garantir a liberdade de navegação nos rios internacionais da região e apoiar as independências do Paraguai e do Uruguai. A livre navegação para os navios brasileiros era vital para o contato regular entre o Rio de Janeiro e a província de Mato Grosso, que se encontrava isolada por terra do resto do Brasil. As independências do Uruguai e Paraguai se explicavam, de um lado, porque a garantia da manutenção do caráter internacional dos Rios Paraná e Paraguai (portanto da livre navegação) era não pertencerem as duas margens desses rios unicamente a um

país e, por outra parte, para conter o expansionismo de Buenos Aires.

Não eram apenas fatores geopolíticos que condicionavam a política do Império em relação ao Rio da Prata. No aspecto econômico, influenciou a ação diplomática brasileira o interesse dos pecuaristas gaúchos instalados no Uruguai ou que nele se abasteciam de gado em pé, trazido para suas estâncias no Rio Grande do Sul. No plano político, não interessava ao Estado monárquico o surgimento de uma Argentina forte que poderia estimular, mesmo que unicamente pelo exemplo, movimentos republicanos no Brasil. Contudo, também não lhe interessava uma Argentina instável, com regiões lutando entre si, comprometendo a segurança da navegação nos rios da região e, eventualmente, comprometendo a estabilidade política no sul brasileiro.

Para os novos governantes conservadores do Império, era preocupante no Rio da Prata a situação do Uruguai, devido ao caráter provisório do Tratado de 1828, bem como permanecer indefinidos os limites entre essa República e o Império. A maior ameaça era vista em Rosas, o qual fora inicialmente hostilizado pela Inglaterra e a França os quais, porém, não conseguiram vencer o governador de Buenos Aires e terminaram aceitando-o, o que o fortaleceu. No final dos anos 1840 essas potências europeias retiraram o apoio financeiro que concediam a Rivera, sem o qual o Governo de Montevideú não teria condições de sobreviver.

Na percepção do Governo imperial Rosas, livre da pressão anglo-francesa e se os blancos vencessem a guerra civil no Uruguai, anexaria este e o Paraguai à Confederação. Esta se tornaria forte a ponto de isolar o Império e, acreditava Soares de Souza, seria o momento de Rosas “vir sobre nós com forças e recursos maiores, que nunca teve, e envolver-nos em uma luta em que havíamos de derramar muito sangue e despender somas enormes.”<sup>24</sup> Ainda despreparado militarmente para enfrentar Rosas, o Governo

imperial recorreu ao banqueiro Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá, para que concedesse empréstimos ao Governo de Rivera, de modo a sustentá-lo no poder, com o aval do Tesouro brasileiro.<sup>25</sup> Essa decisão foi precedida do pedido de intervenção brasileira em seu apoio feito por Rivera, em 1847, por meio de Andrés Lamas, que foi enviado ao Rio de Janeiro com essa finalidade. Rivera era o presidente uruguaio, revestido de alguma legalidade, e dominava apenas Montevideú, cercada pelas forças de Oribe que era, formalmente, um rebelde.

A política de defesa de Rivera podia ser justificada pelo Tratado Preliminar de Paz, de 1828, que determinava às potências signatárias garantirem a independência do Uruguai. Esse era um aspecto importante, pois o Império tinha que se acautelar não só com Rosas, mas também com a Inglaterra. Afinal, esta patrocinara a independência uruguaia e, durante a década de 1840, as relações brasileiro-britânicas estavam deterioradas, como consequência de o Império ter posto fim aos privilégios comerciais da Inglaterra, impostos por ela para reconhecer a independência brasileira. Como consequência, Londres retaliou com o *Bill Aberdeen* que, sob o pretexto de combater o nefando tráfico negreiro, impôs violências a navios brasileiros e atentou contra a soberania do Império. As relações bilaterais entre os dois países se tornaram muito tensas, quer no plano diplomático, quer no militar, e, por isso, a ação brasileira no Uruguai deveria contar com o Tratado de 1828, de modo a evitar criar pretextos para novas violências inglesas.

No final da década de 1840, o Estado monárquico se organizava e reunia condições para projetar seu poder diplomático e militar no Rio da Prata. Do lado diplomático, definira claramente seus objetivos, e aproximou-se do poderoso caudilho Justo José Urquiza, governador da província argentina de Entre Rios. No plano militar, mobilizava forças no sul e dispunha de Marinha que adquirira uma organização mais racional,

possuindo uma Divisão permanente no Rio da Prata, bem como uma flotilha de canhoneiras na província de Mato Grosso. A força naval também avançou tecnologicamente, incorporando em 1848 o primeiro vapor de grande porte, a Fragata de rodas *Dom Afonso*, cujo primeiro comandante foi o Capitão de Mar e Guerra Joaquim Marques Lisboa.<sup>26</sup> Em pouco tempo, essa fragata e outras belonaves a vapor entrariam em ação contra Rosas.

Em 1851, o Governador de Entre Rios, Justo José Urquiza, rompeu com Rosas e assinou com o Império um tratado de aliança para derrotar Oribe e seus aliados, de modo a pacificar o Uruguai. No documento previa-se que se houvesse reação de Rosas – como houve – a aliança se voltaria contra o governador de Buenos Aires. Oribe rendeu-se às forças de Urquiza; Rosas declarou guerra ao Brasil no dia 18 de agosto e em 21 de novembro foi assinado o tratado de aliança contra o ditador entre os Governos imperial, uruguaio, entrerriano e correntino.

Do Rio de Janeiro foram enviados, sob comando do Chefe de Esquadra John Grenfell, navios para reforçar a força naval brasileira que estava concentrada em Montevideú. Em 4 de maio de 1851, Grenfell assumiu o comando dessa Esquadra, cuja vigilância impediu que tropas de Oribe pudessem se retirar do Uruguai para o território argentino, onde reforçariam as forças de Rosas, tornando-as mais difíceis de serem batidas pelo Exército aliado. Os navios de Grenfell também transportaram tropas brasileiras no litoral uruguaio, fizeram missões de reconhecimento e cumpriram a missão vital, para a estratégia aliada, de transportar tropas aliadas de Sacramento para a localidade de Diamante, no Rio Paraná. Foram, assim, transportados a 1ª Divisão do Exército Imperial, comandada pelo Brigadeiro Manuel Marques de Sousa; infantaria e artilharia chefiadas por Urquiza e soldados uruguaio, que naquele ponto se juntaram a forças antirrosistas. Para fazer esse trans-

<sup>22</sup> SCENNA, Miguel Ángel. *Argentina - Brasil: Cuatro Siglos de Rivalidad*. Buenos Aires, Ediciones La Bastilla, 1975, p. 131.

<sup>23</sup> CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História das Relações Internacionais do Brasil*. 3ª ed. Brasília: Editora da UnB, 2008, p. 55, 131.

<sup>24</sup> Exposição de Paulino José Soares de Souza in *Relatório da Repartição dos Negócios Estrangeiros*, 1852, p. XIX-XX.

<sup>25</sup> Visconde de MAUÁ, *Exposição aos credores*. In: GANNES, Claudio. *Visconde de Mauá; autobiografia*. Rio de Janeiro: Liv. Ed. Zélio Valverde, 1943, p. 122-123.

<sup>26</sup> CAMINHA, Herick Marques. *Organização e administração do Ministério da Marinha no Império*. Brasília/FUNCEP: Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral da Marinha, 1986, p. 175.

PRADO MAIA, p. 221

porte, as belonaves brasileiras lideradas pela fragata *Dom Afonso* destruíram defesas do Exército de Rosas às margens do Rio Paraná, no passo do Tonelero, onde havia 16 canhões e cerca de dois mil soldados. Por Tonelero passaram sete belonaves brasileiras – quatro vapores e três a vela – que durante pouco mais de uma hora sustentaram luta acirrada com as posições inimigas em terra, liberando o Rio Paraná à navegação. Entre 24 de dezembro e 8 de janeiro de 1852, o Exército aliado foi transportado rio acima e pôde enfrentar e derrotar o de Rosas na batalha de Caseros, em 3 de fevereiro desse ano.<sup>27</sup>

Em 1851 e 1852, a diplomacia imperial atingiu os objetivos que estabelecera para aquele momento no Rio da Prata. Com o Uruguai foram assinados tratados definindo limites e outros que tornaram a República

Oriental dependente do Brasil. A derrota de Rosas, por sua vez, afastou o maior obstáculo à ação do Império no Rio da Prata, e garantiu a livre navegação na região e foi obtido o reconhecimento da independência do Paraguai pelo novo governo da Confederação. Consolidou-se, então, um padrão de política de sustentação dos interesses do Império do Brasil na região, que tinha como um dos seus objetivos a defesa das independências do Paraguai e do Uruguai e de contenção de eventual expansionismo por parte de Buenos Aires, o qual as ameaçaria bem como ao Rio Grande do Sul. Esse padrão tinha como um dos seus pilares a coordenação entre a ação diplomática e o poder militar, principalmente da Marinha devido à sua capacidade de bloquear Buenos Aires, único obstáculo potencial previsível à hegemonia do Império na região.

---

<sup>27</sup> PRADO MAIA, p. 257.